

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**
2 **GESTÃO – CTIL-G - 2017.**

3 Aos quatorze dias do mês de setembro de 2017, às 14h00min, o Comitê das Bacias
4 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu
5 início à 6ª Reunião, na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, Prefeitura Universitária
6 da UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 – Leitura e aprovação da ata**
7 **da reunião anterior (03/08/2017); 2 – Análise, aprovação e encaminhamento da**
8 **minuta de resolução sobre o ProComitês; 3 – Discussão sobre a alteração da**
9 **metodologia da cobrança; 4 – Assuntos Gerais.** **1 –** O coordenador Paulo de Tarso
10 (FIRJAN) abriu a reunião e, em seguida, solicitou aprovação da ata da reunião anterior
11 (03/08/17). A ata foi aprovada. **2 –** Fátima Rocha (AGEVAP) começou a apresentação
12 sobre o Programa Procomitês. Explicou que esse programa vai ajudar financeiramente
13 os comitês de bacias, fortalecendo-os e capacitando-os, não de forma a substituir a
14 arrecadação do FUNDRHI, mas complementando esse recurso. Evidenciou que esse
15 recurso é aplicado unicamente em capacitação que será orientada pelo Programa de
16 Capacitação por Competências para o SINGREH-DesenvolveRH. Fátima Rocha
17 (AGEVAP) contou que o Comitê Guandu já possui capacidade de participar do
18 programa e precisa mandar para o estado essa resolução. Completou que os comitês
19 elegíveis são os já criados até 2016. Destacou que o dinheiro a ser recebido é
20 R\$50.000,00. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que iriam preencher juntos a tabela
21 de indicadores e metas do ProComitês. Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) explicou a
22 discussão da reunião anterior sobre a transferência de verba do Comitê Guandu para
23 auxiliar Comitês do estado do Rio de Janeiro que estejam em situação financeira
24 menos favorável e disse que para o Guandu, especificamente, o valor do ProComitês
25 não faz muita diferença, mas pode fazer para as outras Bacias. Mariana Silveira
26 (Ternium) questionou o que faremos no caso de não conseguirmos repassar o recurso.
27 Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) disse que é um trabalho muito grande para receber uma
28 quantia insignificante. Paulo de Tarso (FIRJAN) disse que se não preenchermos a
29 tabela, estaríamos negando um recurso importante e perdendo a chance de repassar
30 para outros Comitês que precisam. Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) disse que a
31 burocracia é tão grande que parte dos Comitês, principalmente os que estão
32 começando, vão acabar perdendo a oportunidade. João Emílio (P.M. Rio Claro) disse
33 concordar com Paulo de Tarso (FIRJAN) que o melhor é tentar receber o recurso e
34 depois tentar transferi-lo, caso recebido. Fátima Rocha (AGEVAP) destacou que não
35 sabe se a transferência é possível. Fátima Rocha (AGEVAP) convidou os presentes a
36 entenderem o preenchimento da tabela de indicadores e metas, conforme as
37 orientações da resolução nº 1595/2016 da ANA. Mariana Silveira (Ternium) questionou
38 sobre a interpretação das tabelas. Todos os presentes tiveram dificuldades para
39 compreender como se deu o preenchimento das mesmas e questionaram sobre a
40 participação dos membros do Comitê na Oficina que definiu a tabela e que seria
41 importante a presença de quem participou para uma melhor explicação. Paulo de
42 Tarso (FIRJAN) sugeriu buscar preparo para interpretá-las antes de agir. Mariana
43 Silveira (Ternium) disse que é importante preencher corretamente, já que as tabelas

44 serão apresentadas em Plenária. Após diversas falas, foi solicitado que Fatima Rocha
45 (AGEVAP) busque informações detalhadas a respeito do preenchimento para explicar
46 à Câmara Técnica, em reunião próxima, para, após o entendimento, ser aprovada e
47 enviada à Plenária para aprovação em formato de resolução. **3** – Daiana Gelete
48 (AGEVAP) começou sua apresentação sobre o Grupo de Estudos da Agevap sobre a
49 Cobrança (GEAC) e explicou que se encontram uma ou duas vezes ao mês para
50 discutir a metodologia da cobrança. Disse que na primeira reunião Caroline Lopes
51 (AGEVAP) levou todos os documentos do Comitê Guandu sobre o assunto para
52 discussão, que se juntaram aos dos demais Comitês de Bacia. Contou que o grupo
53 levantou os principais usos da água e apresentou as dificuldades encontradas na
54 arrecadação em cada um deles: piscicultura, mineração, saneamento, PCH's,
55 agropecuária e indústria. Daiana Gelete (AGEVAP) mostrou que municípios com
56 perda de mais de 90% de água em saneamento serão penalizados e com menos de
57 30% receberão 5% de desconto na cobrança. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) questionou
58 se 30% não é um valor muito alto para receber desconto, já que ainda assim a perda é
59 muito grande. Daiana Gelete (AGEVAP) destacou que todos os valores são de
60 decisão e aprovação do Comitê Guandu, que essa apresentação é apenas de
61 sugestões do GEAC. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) disse que é surreal dependermos
62 de um bem tão precioso e ao mesmo tempo tão menosprezado. Markus Budzynkz
63 (ADEFIMPA) relatou que o Brasil é o país que mais desperdiça água e que a indústria
64 e o comércio brasileiro são muito irresponsáveis. Paulo de Tarso (FIRJAN) respondeu
65 que as indústrias que compõem o comitê fazem suas partes quanto ao uso
66 responsável da água. Daiana Gelete (AGEVAP) confirmou que a RHII é uma das que
67 mais possui participação dos usuários da água. Markus Budzynkz (ADEFIMPA) disse
68 que a cobrança deve ser rígida para incentivar a diminuição do desperdício de recursos
69 hídricos. Daiana Gelete (AGEVAP) disse que a cobrança para o setor industrial é um
70 dos mais discutidos, junto de saneamento, e que ainda será tema de muitos debates
71 no Comitê. Completou que para agricultura e piscicultura serão feitas fórmulas simples
72 para facilitar o entendimento. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) disse que é irracional
73 perder grandes quantias de água tratada na distribuição, como acontece. Paulo de
74 Tarso disse que concorda que as empresas têm que ser penalizadas pela perda de
75 água. Daiana Gelete (AGEVAP) disse que agricultura e criação animal estão
76 englobados por “agropecuária” e que agricultura familiar é considerada de uso
77 insignificante, só é cobrado o agricultor de uso expressivo. Amisterdan Ribeiro
78 (SIMARJ) falou que o brasileiro só valoriza quando mexe com a parte financeira. Para
79 ele, é complicado falar em uso insignificante quando passamos por crises hídricas, pois
80 já que não temos em abundância, deveria ser cobrado também desses pequenos
81 agricultores para incentivar a economia do recurso. Markus Budzynkz (ADEFIMPA)
82 disse que muitos usos insignificantes juntos formam um valor significativo de gasto.
83 Daiana Gelete (AGEVAP) sugeriu construir em conjunto uma fórmula específica
84 para esses casos de período de escassez. Daiana Gelete (AGEVAP) continuou a
85 apresentação mostrando que a arrecadação anual na Bacia do Guandu é superior às
86 demais bacias e que algumas possuem problemas na arrecadação de recursos.

87 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) disse que se essa discussão (*a da metodologia da*
88 *cobrança*) é setorial, de forma que cada setor quer a cobrança de um jeito, cada setor
89 precisa ser ouvido. Daiana Gelelete (AGEVAP) diz que pode ser discutida a aprovação
90 da cobrança por setor. Mariana Silveira (Ternium) disse ficar incomodada em não
91 participar do processo de construção da metodologia da cobrança e que acha que
92 precisa ser criada uma agenda técnica de trabalho para a participação no processo, já
93 que a Câmara Técnica possui essa função deliberativa. Daiana Gelelete (AGEVAP)
94 concordou e disse que o que sair das reuniões podem ser repassadas com frequência
95 aos membros nas C.T.'s. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) sugeriu convidar um
96 representante de cada setor quando a reunião for a respeito do que ele for
97 responsável. Mariana Silveira (Ternium) disse que o fórum de construção da
98 metodologia é a Câmara Técnica e isso deve ser apresentado nela, depois de
99 discussão dos especialistas da AGEVAP no GEAC. Daiana Gelelete (AGEVAP) se
100 comprometeu a apresentar resoluções do GEAC nas C.T.'s. Mariana Silveira (Ternium)
101 considerou que a Câmara Técnica não pode simplesmente aprovar, precisa construir.
102 Paulo de Tarso (FIRJAN) disse que é preciso que cada setor ajude a construir o que
103 lhes concerne. João Emílio (P.M. Rio Claro) disse que concorda que cada setor possui
104 mais propriedade no que lhes diz respeito, mas que concorda com Mariana Silveira
105 (Ternium) que o processo precisa ser repassado constantemente nas C.T.'s para que
106 todos membros, não só os de setores específicos, fiquem cientes de tudo que
107 acontece. Hamilton dos Santos (P.M. Japeri) disse que a racionalização do uso da
108 água não impede crise hídrica e, portanto, a cobrança não gera necessariamente um
109 consumo responsável. Daiana Gelelete (AGEVAP) disse concordar que a cobrança
110 não impele necessariamente o consumo responsável da água, mas que é preciso dela
111 também para realização de outras ações, como reflorestamento de mata ciliar,
112 tratamento de água e demais projetos que, esses sim, ajudam as Bacias Hidrográficas.
113 Daiana Gelelete (AGEVAP) propôs prorrogação da data limite para entrega da
114 metodologia da cobrança. Mariana Silveira (Ternium) disse que acha necessário o
115 aumento de um ano, pois o volume de estudo e pesquisa é muito grande. Sugeriu
116 também a criação de uma agenda, para organizar as ações do GEAC e facilitar a
117 apresentação ao Comitê. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) disse achar que seis meses é
118 um bom tempo para que o grupo apresente resultados. Mariana Silveira (Ternium)
119 argumentou que prefere que entreguem um trabalho bem estruturado que um feito às
120 pressas. Daiana Gelelete (AGEVAP) concordou, já que seis meses seria o tempo para
121 a conclusão da parte do grupo, mas a metodologia ainda receberá considerações das
122 Câmaras Técnicas e será aprovada em Plenária. A prorrogação de um ano para a
123 entrega da metodologia da cobrança foi aprovada. **4** –Paulo de Tarso (FIRJAN) sugeriu
124 discutir na Câmara Técnica a mudança na lei sobre a transferência de recurso para
125 outros comitês do estado, beneficiando outras bacias que interferem no Rio Guandu, e
126 então levar para a Plenária. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) pontuou que se temos
127 recurso disponível para ser usado em outra bacia que pode trazer benefícios para o
128 Guandu é necessário transferir a verba, já que o Guandu é o que recebe mais
129 arrecadação. Completou, dizendo que seria preciso trazer um projeto demonstrando

130 que esse dinheiro traria benefícios a nossa bacia. Daiana Gelelete (AGEVAP) lembrou
131 que isso já acontece em certa medida, os projetos realizados aqui, como o
132 Saneamento Rural, atingem rios inteiros independente do limite da bacia. Fátima
133 Rocha (AGEVAP) informou que o I Seminário de Membros do Comitê Guandu mudou
134 de lugar e agora acontecerá na Câmara Municipal de Seropédica, no centro da cidade.
135 **Como lista de encaminhamentos, segue: 1 – Estudar e entender como se deu o**
136 **preenchimento das tabelas do programa Procomitês para apresentação na CTIL-**
137 **G; 2 - Discutir na CTIL-G mudança na lei sobre a transferência de recurso para**
138 **outros comitês do estado, a bacias que abastecem o Guandu; 3 – Incluir na**
139 **próxima pauta a discussão sobre a alteração da Lei que define os 70% para**
140 **saneamento. Levar a Lei atual para discussão.** Paulo de Tarso (FIRJAN) agradeceu
141 a presença de todos e encerrou a reunião às 17h59min. Eu, Caroline Feijó, tomei a
142 termo esta ata que segue assinada por:

143 Mariana Silveira (Ternium): _____

144 Paulo de Tarso (FIRJAN): _____

145 Rinaldo Rocha (Light Energia): _____

146 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ): _____

147 Markus Stephan Budzynkz (ADEFIMPA-RJ): _____

148 Hamilton dos Santos (P.M. Japeri): _____

149 João Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro): _____

150

151 **Membros Presentes**

152 Usuários: Mariana Silveira (Ternium), Paulo de Tarso (FIRJAN), Rinaldo Rocha (Light
153 Energia), Amisterdan Ribeiro (SIMARJ)

154 Sociedade Civil: Markus Stephan Budzynkz (ADEFIMPA-RJ)

155 Governo: Hamilton dos Santos (P.M. Japeri), João Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro)

156 **Membros Ausentes**

157 Usuários:

158 Sociedade Civil: Hendrik Mansur (TNC), José Governo (ABES), Vera Martins
159 (ACAMPAR-RJ)

160 Governo: Helio Vanderlei (P.M. Nova Iguaçu), Andreia Loureiro (P.M. Queimados)

161 **Convidados:** Sabina Campagnani (FURNAS), William Weber (Jornalista)